

# A GLOBALIZAÇÃO CULTURAL E SUA INFLUÊNCIA NA ADOÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE: UMA PERSPECTIVA FUNDAMENTADA EM BOURDIEU

Wellington Gil Rodrigues\*

## Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir, a partir de Bourdieu, a problemática das cotas para acesso de alunos negros ao ensino superior, relacionando-a à atual fase da globalização cultural, e demonstrando que o poder de dominação simbólica exercido pelos EUA tem influenciado a discussão sobre a adoção de categorias raciais dicotômicas no debate sobre cotas no Brasil.

**Palavras-chave:** Globalização. Raça. Cotas raciais. Universidades brasileiras.

## Abstract

This paper discusses – mainly from Bourdieu’s perspective – the problem of racial quotas for black students at Brazilian universities, relating it to the present stage of cultural globalization, and showing that North American ideology and symbolic domination have informed the debate over dichotomic categories for race in Brazil.

**Key Words:** Globalization. Affirmative action. Racial quotas. Brazilian universities

O debate em torno da diversidade e do reconhecimento do outro não surgiu apenas a partir da chamada pós-modernidade e da globalização. A separação entre “nós” e “os outros” já estava presente nas sociedades antigas, veja-se o caso dos gregos, para os quais os outros seriam os bárbaros, ou seja, todos aqueles que não falavam o grego. A história segue apresentando suas coleções de classificações dicotômicas de visão e divisão do mundo social: o cidadão romano e o bárbaro; o europeu cristão e os infiéis

(sejam eles árabes ou judeus); depois, o europeu e os outros não civilizados! A globalização contemporânea cria as condições para a intensificação do debate sobre o direito à diferença ao forçar uma homogeneização cultural. Se o multiculturalismo é uma resposta, cabe aqui a pergunta: resposta a quê? Quais as relações entre globalização, multiculturalismo e educação? Como o atual estágio da globalização influencia a adoção de políticas de ação afirmativa na universidade?

---

\* **Wellington Gil Rodrigues** é mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente, é professor da Faculdade Adventista de Educação do Nordeste (FAENE): [wellgil2000@hotmail.com](mailto:wellgil2000@hotmail.com).

O projeto da modernidade foi o responsável pela configuração assumida pela escola, a qual vem sendo questionada hoje pela pós-modernidade. Esse projeto incluía a formação do Estado-nação burguês e liberal, e o principal instrumento para operacionalizar a transformação do súdito em cidadão era justamente a escola. Justificou-se, assim, a formação dos sistemas públicos nacionais de ensino no século XIX, os quais tinham como missão formar uma identidade nacional através principalmente do ensino de uma língua comum, apagando as diferenças e promovendo uma homogeneização cultural. Parece que o Estado-nacional tem uma convivência naturalmente difícil com as diferenças! Com o acirramento da globalização, esse projeto republicano de educação está hoje sofrendo um agudo questionamento, visto que uma instituição que tinha como finalidade constituir uma cidadania universal está sendo colocada, cada vez mais, diante de diferenças étnicas, religiosas, políticas, sociais e culturais. É paradoxal que a globalização cultural possibilitada pelos meios de comunicação de massa tenha provocado a reafirmação do culturalmente próprio, do singular, ou seja, da celebração da diferença!

A globalização é um fenômeno que ocorre no mundo atual em todos os âmbitos. No plano econômico fica cada vez mais evidente a influência de um capitalismo financeiro sem fronteiras, fazendo surgir o

que é chamado de *global marketplace*. No plano político há um enfraquecimento do Estado-nação, decorrente ele mesmo do capitalismo globalizado que exige uma planificação econômica em níveis transnacionais, o que implica no fortalecimento dos organismos internacionais tais como FMI, BIRD, etc., os quais influenciam as políticas públicas dos Estados dependentes não só na área financeira, mas também social. Esse é o caso, por exemplo, das políticas educacionais do Banco Mundial e seus reflexos nas reformas operacionalizadas nos anos 90 no Estado brasileiro.

A globalização, enquanto fenômeno concreto, vem acompanhada de uma ideologia que a justifica: o **globalismo**. Segundo essa ideologia, todos os problemas podem ser resolvidos graças ao mercado global. O neoliberalismo apresenta-se como solução às crises engendradas pelo próprio capital e isso se reflete no campo educativo. O debate em torno do multiculturalismo surge no contexto atual de questionamento, de tensão entre o ideal moderno da identidade universal e o ideal pós-moderno da diferença produzido no refluxo da globalização. O desafio que se apresenta à escola do século XXI é como conciliar essas tensões, já que a base na qual se ergue a escola moderna (a formação de uma identidade nacional) não pode mais ser usada em uma sociedade globalizada.

Nesse sentido, percebe-se que o intenso debate sobre a pertinência ou não de adotar as políticas de ações afirmativas no Brasil, entre elas a política de cotas raciais na universidade, tem como pano de fundo a intensificação dos fluxos migratórios gerada pelo novo estágio da globalização econômica e cultural que fez ressurgir, no cenário mundial, as questões identitárias. Tais questões, antes restritas aos pesquisadores, extrapolou para o âmbito dos governos, os quais têm agora que ajustar suas políticas públicas aos variados grupos que, cada vez mais, reivindicam políticas que atendam as suas especificidades de “raça”, gênero, etnia, etc. É nesse contexto que a reivindicação do movimento negro e do grupo pró-cotas por políticas de ação afirmativa e de cotas raciais de acesso ao ensino superior ganhou espaço na agenda do Estado brasileiro.

## A NOVA DOXA RACIAL PLANETARIZADA

Entendemos que existe todo um contexto político e cultural a empurrar a atual luta anti-racista para a ênfase na divisão da sociedade entre brancos e negros. Entre os diversos fatores que favorecem a emergência desse princípio de visão e divisão do mundo social, é preciso destacar a globalização cultural que gera uma transnacionalização dos movimentos identitários, a extrema desigualdade econômica causada pelas políticas do

ajuste neoliberal, a recomposição do movimento negro brasileiro que sofre o influxo da luta pelos direitos civis nos EUA e os contatos transnacionais entre os campos acadêmicos.

Nesse contexto nacional e internacional cada vez mais racializado, as cotas para negros no ensino superior público surgem, para Fry e Maggie (2004, p. 159), como “o coroamento de um processo de formação de um Brasil de duas ‘raças’”. Ora, os princípios de classificação racial (negro, branco, mestiço, pardo) são parte do fundo de evidências partilhadas por todos, ou seja, de um senso comum que permite referir-se a uma mesma base comum de pensamento, quer seja por acordo ou por desacordo. O que é necessário destacar é que esses esquemas comuns de pensamento possuem uma base nacional, isto é, os princípios de classificação (não somente os raciais) são inculcados e reforçados pelo grande banco central do capital simbólico – o Estado – o qual tem o monopólio da violência simbólica legítima em determinado território!

A construção do Estado-nação envolve a construção de um povo dotado das mesmas categorias de visão e de divisão do mundo social, ou seja, de um senso comum nacional. Nesse sentido, o senso comum nacional brasileiro em relação às categorias raciais é formado e informado em grande parte pelo mito da **democracia racial**, ou seja, pela idéia de que, no Brasil, não há preconceitos e discriminações raciais

e que a igualdade de oportunidades está aberta a todos, brancos e negros.

Porém, talvez se esteja assistindo ao surgimento de um novo mito racial promovido pelo grupo pró-cotas, isto é, o mito da não existência de um povo mestiço no Brasil! Esse novo mito parece ignorar que, enquanto a maioria do povo brasileiro concorda que existe racismo no Brasil, o que de certa forma anuncia que o mito da democracia racial perdeu sua força, essa mesma sociedade não tem pudor algum em miscigenar-se, em misturar-se!

Segundo a historiadora Mônica Grin (2004), a argumentação do grupo pró-cotas sobre a urgente necessidade das ações afirmativas simplesmente passa por cima do incômodo que a racialização presente no debate sobre cotas raciais provoca na sociedade brasileira. Ela afirma que há ainda uma nítida ambigüidade no posicionamento da sociedade sobre o tema das desigualdades raciais no Brasil:

*Em suas elaborações cognitivas, algo ambivalentes, a opinião pública reconhece o racismo, mas acredita na miscigenação como evidência do não-racismo; identifica na desigualdade social o maior dos males brasileiros, mas transfere a culpa para os sucessivos governos que teriam falhado na execução de políticas públicas; vitimiza o pobre, mas não lhe confere cor, reconhece a perversidade da escravidão, mas não se sente individualmente responsável por qualquer*

*reparação histórica; apóia ações afirmativas, mas repudia o sistema de cotas; aposta na inclusão mas, quando justificada por critérios raciais, a julga como segregação; reconhece ser justo diminuir a exclusão social no entanto considera injusto que em nome dela se criem novas exclusões. (GRIN, 2004, p. 148, grifo nosso).*

No entanto, o atual estado da globalização econômica trouxe, em sua companhia, o que se convencionou chamar de **globalização cultural**. Isto é, o mundo de um mercado financeiro sem fronteiras (*on line all the time*) corresponde a um mundo sem fronteiras culturais ou, antes, a um mundo onde os produtos culturais são difundidos em escala planetária. Não se pode deixar de ver nesse fato mais uma das transubstanciações do capital econômico em capital simbólico. Será que já aponta, no horizonte cultural, um senso comum racial transnacional?

*A existência de campos transnacionais (sobretudo científicos) cria sentidos comuns específicos que questionam o senso comum nacional e favorece a emergência de uma visão escolástica do mundo (ou quase isso) comum a todos os scholars de todos os países. (BOURDIEU, 2001, p. 119).*

É claro que se precisa observar que o que distingue o campo acadêmico de outros

campos no espaço social é justamente a afirmação de cientificidade inscrita na própria “natureza” de um campo intelectual cujo capital principal é o capital cultural ou científico. No entanto, grande parte da polêmica sobre as cotas que se desenvolve no interior do campo acadêmico brasileiro é alimentada pelos choques entre as percepções do senso comum racial brasileiro informado pela crença na democracia racial e as percepções racializadas dos movimentos negros informadas pelas categorias raciais americanas.

Nesse sentido, o grupo anti-cotas percebe a reivindicação do direito à diferença que vem associada à política de cotas raciais com sua ênfase em categorias dicotômicas de cor (negro/branco) como apenas mais uma das manifestações da colonização dos valores culturais americanos em solo pátrio.

Na perspectiva deste trabalho, entendemos que as resistências do nacionalismo acadêmico do grupo anti-cotas às correntes de pensamento multiculturalista de extração anglo-saxônica é somente mais um dos capítulos das lutas simbólicas no interior do campo acadêmico brasileiro, o que indica uma relativa permeabilidade desse campo às influências dos campos acadêmicos internacionais e mais especificamente do campo acadêmico norte-americano. Tal fato, ou seja, a circulação de conceitos na economia

simbólica a nível mundial, carrega o perigo de neutralizar as construções históricas das categorias raciais no contexto brasileiro, levando-se em conta que:

*[...] hoje em dia, numerosos tópicos oriundos diretamente de confrontos intelectuais associados à particularidade social da sociedade e das universidades americanas impuseram-se, sob formas aparentemente desistoricizadas, ao planeta inteiro. (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 17).*

E apesar de se concordar com o grupo pró-cotas de que o movimento negro brasileiro tem uma longa tradição de lutas que remontam às décadas de 20 e 30 do século XX, não se pode deixar de notar que o atual movimento negro (que se formou a partir do final da década de 70) e a maioria dos intelectuais do grupo pró-cotas são grandemente influenciados pelos valores do assim-chamado **multiculturalismo** e dos seus princípios de visão e divisão do mundo social.

*O fato de que, no decorrer dos últimos anos, a sociodiceia racial (ou racista) tenha conseguido se “mundializar”, perdendo ao mesmo tempo suas características de discurso justificador para uso interno ou local, é, sem dúvida, uma das confirmações mais exemplares do império e da influência simbólicos que os Estados Unidos exercem*

*sobre toda espécie de produção erudita e, sobretudo, semi-erudita, em particular, através do poder de consagração que esse país detém e dos benefícios materiais e simbólicos que a adesão mais ou menos assumida ou vergonhosa ao modelo norte-americano proporciona aos pesquisadores dos países dominados.* (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 24).

Esses campos transnacionais dos embates entre o universal e o particular, e entre o global e o local, incluem a comunidade científica e o campo acadêmico brasileiro. Trata-se de uma luta de capitais simbólicos que envolve todos os aspectos da existência humana gerados pelo tsunami do capital globalizado que varre culturas locais e inspira movimentos de resistência tanto populares como intelectuais. Tal processo encerra características contraditórias. De um lado, podemos citar a exacerbação dos fundamentalismos de todos os tipos (religiosos, étnicos, sexuais, etc.) e seus efeitos negativos (que mergulham a sociedade no medo constante do “diferente”), e, por outro lado, temos o cultivo da diferença. Esta é uma reação positiva aos movimentos universalistas do novo ecumenismo econômico, religioso e étnico que parecem vir carimbados com o selo *made in USA!*

*O neo-poder de dominação simbólica americana denominada de imperialismo*

*cultural, consiste no poder de universalizar particularismos associados a uma tradição histórica singular de maneira a torná-los irreconhecíveis na sua localização, na sua arbitrariedade.* (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 17).

Nota-se que esse poder transnacional de violência simbólica estendeu seus tentáculos epistemológicos ao universo das relações raciais brasileiras operando, dessa forma, mais uma das inúmeras “artimanhas da razão imperialista”.

*[...] um debate como o da “raça” e da identidade dá lugar a semelhantes intrusões etnocêntricas. Uma representação histórica, surgida do fato de que a tradição americana calca, de maneira arbitrária, a dicotomia entre brancos e negros em uma realidade infinitamente mais complexa, pode até mesmo se impor em países em que os princípios de visão e divisão, codificados ou práticos, das diferenças étnicas são completamente diferentes e em que, como o Brasil, ainda eram consideradas, recentemente, como contra-exemplos do “modelo americano”.* (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 21-22).

É contraditório e ao mesmo tempo irônico que, ao mudarmos o foco do espaço social brasileiro para o espaço social mundial, o que era particular passa a universal e o que era universal passa a

particular. Isso se manifesta na questão da identificação racial dos cotistas, no fato de que o grupo anti-cotas, ao promover uma identidade mestiça contra uma identidade negra, o faz invocando o universal contra o particular. Ou seja, no contexto brasileiro, a mestiçagem assume as características de universal, enquanto o cultivo e a produção de uma identidade negra é considerada um particularismo!

No entanto, ao observar-se a questão sob um ponto de vista mais global, nota-se que a categoria bipolar americana (negro/branco) assume os ares de universal ou, melhor dizendo, de falso universal que tenta se sobrepor a um particularismo brasileiro contido na noção de mestiçagem!

Ao fazerem referência às pesquisas que têm sido produzidas atualmente nos Estados Unidos sobre as relações raciais no Brasil (as quais tentam demonstrar que o Brasil não é menos racista que os Estados Unidos), Bourdieu e Wacquant (1998) citam, como exemplo, a obra de Michael Hanchard (1994), cientista político afro-americano, e comentam sobre seu posicionamento:

*[...] ao aplicar as categorias raciais norte-americanas à situação brasileira, o autor erige a história particular do Movimento em favor dos Direitos Civis como padrão universal da luta dos grupos de cor oprimidos. Em vez de considerar a constituição da ordem etno-racial brasileira em sua lógica própria, essas*

*pesquisas contentam-se, na maioria das vezes, em substituir, na sua totalidade, o mito nacional da “democracia racial” (tal como é mencionada, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre, 1978), pelo mito segundo o qual todas as sociedades são “racistas”, inclusive aquelas no seio das quais parece que, à primeira vista, as relações “sociais” são menos distantes e hostis. De utensílio analítico, o conceito de racismo torna-se um simples instrumento de acusação. (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 22).*

A universalização dos particularismos norte-americanos constitui a nova *doxa* racial planetarizada, a qual se vale de inúmeras estratégias de dominação simbólica, incluindo-se aí a própria cumplicidade dos dominados, pois a violência simbólica nunca se exerce sem uma forma de cumplicidade mesmo que esta lhes seja extorquida. É necessário, então, identificar as possíveis causas desse neo-imperialismo simbólico.

## CAUSAS DA NOVA DOXA RACIAL

Na explicação sobre as causas da transnacionalização dos produtos culturais americanos, incluindo-se aí os critérios raciais, Bourdieu e Wacquant (1998) citam os benefícios materiais e simbólicos adquiridos pelos pesquisadores que adotam o modelo americano; a comercialização do pensamento acadêmico americano operado

pelos editoras; a influência das fundações culturais americanas e as influências dos pesquisadores americanos sobre o movimento negro brasileiro.

## INFLUÊNCIA DAS FUNDAÇÕES CULTURAIS AMERICANAS

Bourdieu e Wacquant (1998, p. 25) afirmam que a universalização da *doxa* social americana, sobretudo na questão racial (na qual a situação americana é flagrante e não serve como exemplo para o mundo), deve muito às “grandes fundações americanas de filantropia e pesquisa na difusão da *doxa* racial norte-americana no seio do campo universitário brasileiro, tanto no plano das representações, quanto das práticas”. Eles citam a Fundação Rockefeller como financiadora do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e da revista **Estudos Afro-Asiáticos** da Universidade Cândido Mendes. Levantam, então, uma sutil crítica de que essa fundação exige de seus financiados a adequação das pesquisas aos princípios da *affirmative action* à moda americana.

Bourdieu e Wacquant não a citam, mas não custa lembrar que também a Fundação Ford tem se destacado pelos seus financiamentos às pesquisas sobre ação afirmativa, com bolsas de estudos de mestrado e doutorado (alguns até nos EUA) para estudantes brasileiros e com a publicação de livros que envolvem a

temática racial no Brasil, destacando-se especialmente a coleção **Políticas da cor**, do laboratório de políticas públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de onde provém a maior parte da argumentação do grupo pró-cotas. Deve-se reconhecer, no entanto, que mesmo esse tipo de atividades têm um lado positivo. Programas dessa natureza acabam contribuindo para a democratização da educação pública e para o combate ao racismo na sociedade brasileira. Isso se dá principalmente por que eles possibilitam acesso ao conhecimento para aqueles que, de outra forma, não o conseguiriam obter (como é o caso das bolsas de estudo disponibilizadas) e também pelas pesquisas efetuadas a fim de introduzir uma visão diferente sobre o tema das relações raciais no Brasil. Isso acaba contribuindo para que os diferentes lados do debate percebam o tema sob novos olhares. Entretanto, não se pode deixar de lançar um olhar crítico sobre o papel de todas essas “instâncias culturais americanas que, sem estarem explicitamente coordenadas, acompanham, orquestram e, até por vezes, organizam o processo de conversão coletiva à nova *meca simbólica*”. (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 24).

## INFLUÊNCIAS DOS PESQUISADORES AMERICANOS SOBRE O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

A repentina “globalização da “raça” não parece resultar de uma universalização dos modos de dominação étnico-racial no espaço social global, mas da universalização de conceitos raciais norte-americanos carregados no tráfico conceitual, juntamente com outras categorias simbólicas e econômicas do *American way of life*. Além dos fatores (já citados) que influenciam a difusão da “nova *doxa* mundial”, Bourdieu e Wacquant apontam a existência dos “passadores”, que existem no campo intelectual, ou seja, os responsáveis pelas estratégias de importar/exportar conceitos mistificados e mistificadores que fazem circular a parte oculta e maldita (mesmo sem o seu conhecimento) dos seus produtos conceituais:

*Com efeito, o que pensar desses pesquisadores americanos que vão ao Brasil encorajar os líderes do Movimento Negro a adotar as táticas do movimento afro-americano de defesa dos direitos civis e denunciar a categoria pardo (termo intermediário entre branco e preto que designa as pessoas de aparência física mista) a fim de mobilizar todos os brasileiros de ascendência africana a partir de uma oposição dicotômica entre “afro-brasileiros” e “brancos” no preciso momento em que, nos Estados*

*Unidos, os indivíduos de origem mista se mobilizam a fim de que o Estado americano (a começar pelos Institutos de Recenseamento) reconheça, oficialmente, os americanos “mestiços”, deixando de os classificar à força sob a etiqueta exclusiva de “negro”? (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 26).*

A difusão internacional dos conceitos *made in USA* é mais uma manifestação das trocas simbólicas que ocorrem no campo acadêmico. A desistorização dos conceitos e o uso transnacional de categorias raciais não podem ser considerados como falsos problemas.

*A neutralização do conceito histórico que resulta da circulação internacional dos textos e do esquecimento correlato das condições históricas de origem produz uma universalização aparente que vem a duplicar o trabalho de “teorização”. Espécie de axiomatização fictícia bem feita para produzir a ilusão de uma gênese pura, o jogo das definições prévias e das deduções que visam substituir a contingência das necessidades sociológicas negadas pela aparência da necessidade lógica, tende a ocultar as raízes históricas de um conjunto de questões e de noções que, segundo o campo de acolhimento, serão consideradas filosóficas, sociológicas, históricas ou políticas. (BOURDIEU; WACQUANT, 1998, p. 18).*

O monopólio dos princípios da visão e divisão do mundo social se manifesta de forma muitas vezes irreconhecível nas relações de sentido. O poder de dominação simbólica, de impor sentidos e usos dos conceitos raciais, só se exerce efetivamente se for “reconhecido”, isto é, ignorado enquanto arbitrário. A luta pela imposição de categorias simbólicas raciais tende a aparecer como lutas por identidades “naturais” tanto aos olhos dos consumidores desses produtos simbólicos, a grande maioria da sociedade brasileira, como diante dos produtores, ou seja, dos intelectuais do campo acadêmico, os que lutam por manter uma identidade mestiça e os que lutam por construir uma identidade negra. No entanto, pode-se observar que o grupo pró-cotas não aceita a leitura de colonização dos valores americanos para a sua luta pela classificação racial bipolar e usa, como justificativa para essa estratégia, uma motivação política:

*A adoção de uma classificação racial bipolar (brancos e negros, abolindo as categorias intermediárias de “pardo” ou “moreno”) parece, portanto, ter uma motivação claramente política. Longe de ser produto de mentes “colonizadas” pelo imperialismo cultural americano ou presas a um racismo arcaico, foi a escolha de um movimento que optou por uma luta em que o negro pudesse ser assimilado à classe trabalhadora explorada e não a uma minoria apenas*

*oprimida.* (GUIMARÃES, 2002, p. 101, grifo nosso).

Constatamos que a questão da definição de quem é negro e de quem não é, necessária para se estabelecerem os beneficiários das cotas é um problema que tem repetidamente se apresentado nas universidades que adotaram as cotas raciais, independentemente dos mecanismos adotados para a classificação, seja ele auto-classificação ou hetero-atribuição. Recordem-se os casos da UERJ (auto-classificação) e da UnB (hetero-atribuição), ambos questionados, na justiça, por aqueles que se consideraram prejudicados pelo sistema de cotas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode deixar de notar que as lutas epistemológicas e políticas que envolvem a construção de uma identidade negra, e a implantação das cotas raciais como meio de garantir acesso de negros ao ensino superior público estão inseridas em um contexto globalizado de lutas simbólicas pelo monopólio dos princípios da visão e divisão do mundo social. Nota-se, assim, que um dos principais problemas dentro da polêmica das cotas reside em transpor categorias raciais do contexto norte-americano para o brasileiro.

O que foi dito até aqui vem corroborar a idéia de que o que está em jogo é um projeto de sociedade para o Brasil. O irônico

nos debates entre o grupo anti-cotas e grupo pró-cotas é que ambos os grupos dizem perseguir o mesmo objetivo, ou seja, uma verdadeira democracia racial, não como mito, não como uma ideologia de dominação e nem como um ideal inalcançável, mas como uma efetiva democracia onde não haja desigualdade de classe ou “raça”. Pode-se dizer que, no nível discursivo, esse é o único consenso existente no campo do estudo das relações raciais no Brasil: o racismo existe e deve ser combatido. Quanto às estratégias que podem ser utilizadas nesse combate, há controvérsias, porém, as quais se manifestaram mais fortemente agora com o debate das ações afirmativas.

Considerando os custos que a adoção das políticas de cotas raciais na universidade pode gerar na sociedade brasileira, no sentido de promoverem uma racialização considerada indesejável por parcelas expressivas da população, e ao mesmo tempo não podendo repousar na inércia do nada fazer, é importante, então, que o campo acadêmico assumira um posicionamento que não se restrinja somente à oposição às cotas raciais, mas que ofereça alternativas de combate ao racismo e de maior democratização no acesso à universidade pública.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, L. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 481-486.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais – construindo um país dividido? **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 153-161, junho 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economica.htm>>. Acesso em: 08 de set. de 2004.

GRIN, Mônica. Experimentos em ação afirmativa: versão crítica em dois tempos. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 145-152, junho 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economica.htm>>. Acesso em: 08 de set. de 2004.

HANCHARD, Michael. **Orpheus and power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, 1945-1988**. Princeton: Princeton University Press, 1994.